



➔ Governo eleva tributos de chocolate, cigarro e sorvete ➔ 3



➔ Saiba como solicitar reparo de prejuízos com temporal ➔ 4



jornal do **commercio** inclui **brasil e internacional**

Editores:
Saulo Moreira smoreira@jc.com.br
Mona Lisa Dourado mldourado@jc.com.br
Fale conosco: (81) 3413.6186
www.jconline.com.br/economia

economia

Recife | 2 de fevereiro de 2016 | terça-feira

Tempo é inimigo do FGTS

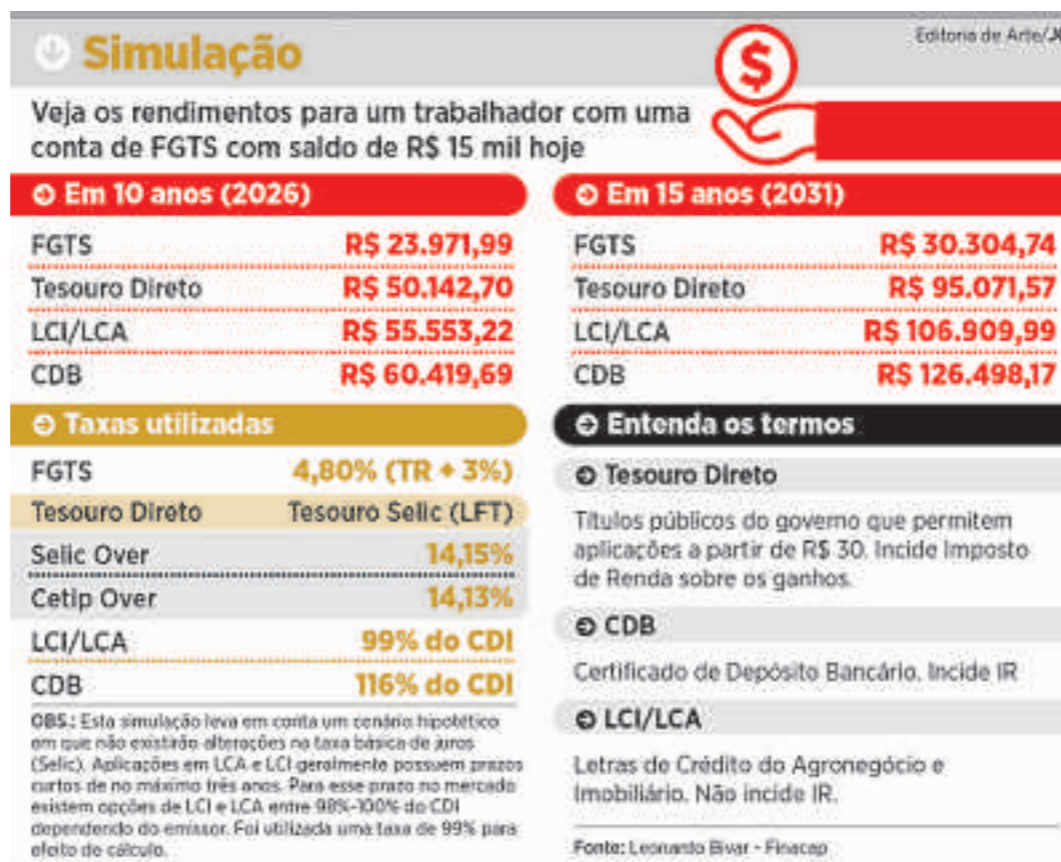
BENEFÍCIO Com remuneração anual de 3% mais TR, fundo rende metade do IPCA (10,67%). Projetos sugerem mudança no cálculo

Emília Felipe
emiliatiefelipe@jc.com.br

Instituído há 50 anos como forma de criar e proteger uma “poupança forçada” para o trabalhador, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também é, historicamente, fonte de recursos para projetos de habitação e infraestrutura do governo federal. Quase tão antigo quanto sua existência é o conflito entre a baixa remuneração ofertada ao titular da conta – o empregado – frente aos juros e à inflação vigentes no País. Um impasse que voltou ao debate com a recente decisão do governo de usar o dinheiro do fundo para tentar reanimar a economia através de crédito.

Na semana passada, ficou decidido que o FGTS poderá ser usado pelo trabalhador como garantia para obtenção de crédito consignado. As bases do acesso direto do titular da conta ao dinheiro, porém, não mudaram. São situações muito específicas para o saque, como demissão sem justa causa ou diagnóstico de doenças graves.

Além disso, enquanto as propostas de alteração que tramitam no Congresso não forem aprovadas, o rendimento anual é de apenas 3% mais Taxa Referencial (TR), somando um total menor de 5%. É menos da metade da inflação oficial. “O tempo não é amigo do FGTS”, comenta o analista



Leonardo Bivar, da Finacap, que, a pedido do **JC**, fez uma simulação simples para dar ideia de como o saldo do fundo perde para outras aplicações (veja no quadro acima). Para o professor do Departamento de Economia da UFPE Gustavo Ramos Sampaio, o descompasso fica mais claro quando se considera que a taxa básica de juros (Selic) é de 14,25%, parâmetro que o próprio governo usa para remunerar títulos de sua dívida, como

os negociados no Tesouro Direto. Integrante do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e vice-diretor da Faculdade de Economia da Faap, Luiz Alberto Machado defende que as restrições de saque sejam mantidas, uma vez que a população não teria amadurecido financeiramente ao ponto de lidar bem com quantias altas sacadas de uma vez só. Mas ele critica a gestão dos recursos. “O trabalhador deveria ter o direito de aplicar esse

saldo, mesmo que não se flexibilize o saque ou que ele assumisse aplicações de maior risco. Como está hoje é a pior remuneração que existe”, avalia.

CRÉDITO

Para Machado, o uso do fundo como garantia para que os bancos emprestem dinheiro ao trabalhador não é suficiente para dinamizar o FGTS tampouco para beneficiar o titular da conta. “Reconheço o esforço do governo em tentar des-

Consignado preocupa setor imobiliário

A decisão do governo em disponibilizar os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia para contratação de crédito consignado pode prejudicar o mercado imobiliário, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Rubens Menin.

Ao direcionar esse capital para outros fins, há o risco de que parte do FGTS fique comprometido e menos dinheiro seja encaminhado para financiamentos imobiliários, incluindo as modalidades de crédito do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). “A indústria da construção não é uma alternativa sustentável, uma vez que pressiona a inflação para cima e gera incerteza em trabalhadores e investidores, já que é uma medida de curto prazo. “Se nosso esforço fosse para redução da taxa de juros, ainda teríamos efeito na inflação, mas haveria um aumento da confiança com a perspectiva de um futuro mais sustentável.” Ele acrescenta que, desta forma, o benefício seria estendido a todos os setores, que teriam acesso a crédito mais barato. “Do modo como foi feito, somente alguns foram beneficiados”, critica.

Para o executivo, embora se trate apenas de uma garantia, há o risco de os mutuários não cumprirem suas obrigações, gerando uma retirada de capital do fundo. “Podemos ficar com menos recursos para o setor imobiliário, num momento de pique negativo do segmento”, afirmou Rubens Menin.

Taxas mais caras no aeroporto

As tarifas de embarque doméstico e internacional nos 60 aeroportos administrados pela Infraero vão ser reajustadas em mais de 12%.

Os valores foram divulgados ontem pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e terão validade em 30 dias.

A nova tarifa doméstica para as unidades da estatal, o Aeroporto do Recife, inclusive, será de R\$ 27,68, valor 12,41% superior aos R\$ 24,64 cobrados até agora nos chamados aeroportos de 1ª categoria, ou seja, as 14 maiores unidades da empresa. Na 2ª categoria,

Reajuste das tarifas supera os 12% e valerá em 30 dias

o valor passa de R\$ 19,35 para R\$ 21,76.

Já as tarifas de embarque internacional vão passar dos atuais R\$ 85,99 para R\$ 91,41.

Mas, em abril, elas sofrerão novo reajuste e vão passar a R\$ 109,13, uma elevação de 27% em relação ao preço

atual. O segundo reajuste da tarifa internacional decorre de um valor adicional cobrado dos viajantes internacionais de US\$ 18,00 por passageiro.

VEM MAIS

Como o valor médio do dólar foi aumentado para R\$ 3,34, o preço desse adicional passará em abril a R\$ 60 (atualmente era de cerca de R\$ 43,00).

O último reajuste da Infraero tinha sido em fevereiro de 2015. Antes disso, a empresa estatal ficou três anos sem poder reajustar as tarifas.

Os aeroportos concedidos

ou autorizados pelo governo, o que inclui Guarulhos e Campinas (SP), por exemplo, têm reajustes regulados por contratos específicos que serão dados ao longo do ano.

De acordo com a agência, o reajuste da Infraero foi superior ao IPCA do período (10,7%) porque ela conseguiu ter uma melhoria na qualidade dos serviços, o que lhe dá direito a um percentual superior à inflação em todos os reajustes anuais até 2020.

Outras tarifas de uso do aeroporto pelas empresas aéreas e transportadores de carga também sofreram aumento.

Guia do eSocial vence sexta-feira

Empregadores domésticos devem ficar atentos: encerra-se nesta sexta-feira (5) o prazo para o pagamento do Documento de Arrecadação do eSocial (DAE) referente à folha de janeiro. Será a primeira guia gerada com o novo salário mínimo – R\$ 880 –, uma alteração que precisa ser feita pelo usuário dentro do sistema. Mas esse não é o único cuidado ao lidar com a plataforma, criada para unificar os tributos que incidem sobre a remuneração do empregado: o

eSocial ainda tem várias falhas e lacunas a serem preenchidas, como o procedimento de demissão.

Auditor fiscal da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE PE), Paulo Telino explica que o desligamento deveria ter sido implementado desde dezembro, mas que a previsão agora é que a atualização seja feita somente no fim de março. “Isso causa um embaraço muito grande, porque, apesar do desligamento, a pessoa continua constando na folha de

pagamento”, comenta. Ele esclarece que, enquanto o conserto não for feito, o empregador é obrigado a “zerar” os valores de quem foi demitido.

Telino explica que há diferentes procedimentos para demissões sem justa causa e para quando o empregado pede para sair – situações que correspondem a 90% dos casos. “Tem que fazer como se não existisse eSocial.” Quando o empregado pede demissão, o termo rescisório pode ser comprado em uma papelaria ou baixado na inter-

net. “Mas os cálculos podem ser difíceis e é preciso ajuda de sites com calculadoras especializadas ou mesmo da SRTE PE”, pontua. Se o desligamento partiu do empregador, sem justa causa, o caminho é via Caixa Econômica Federal, através do link Guia FGTS, no site www.esocial.gov.br.

Mais na web

Veja o passo a passo das operações www.jc.com.br/economia

COMUNICADO DE RECALL AOS PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS DA MARCA CHEVROLET

Fornecedor: General Motors do Brasil Ltda.

Marca e modelo do veículo	Chassis nº	Data inicial e final de fabricação
Chevrolet Sonic modelos 2012, 2013 e 2014	De CB058382 a E5637073	De 21/1/2012 a 8/3/2014

Data do início do atendimento: de imediato, mediante agendamento prévio.

Local de atendimento e agendamento do serviço: Rede de Concessionárias e Oficinas Autorizadas Chevrolet.

Componente envolvido: anel de vedação da bomba de combustível.

Razões técnicas: utilização de um anel de vedação da bomba de combustível fora da especificação técnica, durante um eventual reparo realizado em um dos componentes do tanque de combustível.

Riscos: em caso de capotamento, pode ocorrer vazamento de combustível, o que, em contato com chama externa, pode causar princípio de incêndio, com risco de lesões físicas aos ocupantes e a terceiros.

Solução: substituição do anel de vedação da bomba de combustível.

Esta campanha também abrange os proprietários que tenham adquirido na Rede Chevrolet a bomba de combustível, o medidor de combustível ou o anel de vedação isoladamente e que tenham realizado a substituição fora das concessionárias. Esses clientes também devem procurar a Rede Chevrolet para substituição do componente.

O serviço é gratuito e o tempo estimado para a sua realização é de 1 hora e 10 minutos.

Verifique se o seu veículo está envolvido na Central de Relacionamento Chevrolet **0800-702-4200** ou no site www.chevrolet.com.br